

Pierre Bayle e William King sobre o mal da imperfeição¹

Pierre Bayle and William King on the Evil of Imperfection

Todd Ryan
Trinity College, Hartford, CT
todd.ryan@trincoll.edu

Resumo: Os últimos anos de Pierre Bayle foram dedicados a debates provocados por artigos de seu *Dictionnaire*, como “Manichéans” e “Paulicéans”, onde ele desafiava justificativas racionais para a existência do mal em um mundo criado por um Deus perfeito. Seus principais interlocutores foram Isaac Jaquelot e Jean Le Clerc, mas o arcebispo William King também respondeu com o escrito *De Origine Mali* (1702). Bayle replicou na *Réponse aux questions d'un provincial*. Embora Bayle só conhecesse a obra de King através de um resumo, o debate foi profundo, com King respondendo detalhadamente em manuscritos publicados postumamente. Este artigo detalha a disputa sobre a natureza do mal, especialmente o “mal da imperfeição” em King e Bayle.

Palavras-chave: Pierre Bayle; problema do mal; William King; teodicéia; *De Origine Mali*; mal da imperfeição.

Abstract: In his final years, Pierre Bayle engaged in heated debates sparked by controversial entries in his *Dictionnaire historique et critique* – particularly “Manicheans” and “Paulicians” – where he systematically dismantled rational attempts to reconcile evil’s existence with an omnipotent, benevolent God. While his famous exchanges with Isaac Jaquelot and Jean Le Clerc are well-documented, his most philosophically significant confrontation emerged from Archbishop William King’s *De Origine Mali* (1702), a direct response to Bayle’s arguments. Bayle counterattacked in his *Réponse aux questions d’un provincial*, offering a detailed critique of King’s theodicy. Though Bayle accessed King’s work only through Jacques Bernard’s summary in *Nouvelles de la république des lettres*, their debate represents one of the most sophisticated early modern discussions on the problem of evil. King’s extensive point-by-point rebuttals, posthumously published by Edmund Law in *An Essay on the Origin of Evil*, have been largely overlooked. This paper focuses specifically on their dispute concerning evil’s nature, particularly King’s concept of “evil of imperfection.”

Keywords: Pierre Bayle; problem of evil; William King; theodicy; *De Origine Mali*; evil of imperfection

¹ Uma primeira versão deste texto foi publicada em Olivier Mentz & Eva Rothenberger (Eds). *Pensées diverses autour de Pierre Bayle*. Mélanges en honneur de Antony McKenna et Hans Bots. LIT-Verlag Münster et al : 2025.

^A tradução é de Maria Cecília Pedreira de Almeida, com revisão do autor.

Recebido em 11 de fevereiro de 2025. Aceito em 22 de junho de 2025.

Os últimos anos da vida de Pierre Bayle foram, em grande parte, dedicados a uma série de debates suscitados por alguns dos artigos mais provocadores do *Dictionnaire historique et critique* e, em particular, por aqueles, como “Maniqueus” e “Paulicianos”, em que Bayle procurava minar todas as tentativas racionais de justificar a existência do mal num mundo criado por uma divindade sumamente boa, sábia e poderosa. Talvez as mais conhecidas dessas trocas de críticas sejam os longos debates de Bayle com Isaac Jaquelot, por um lado, e Jean Le Clerc, por outro.² No entanto, a lista de adversários que surgiram para desafiar Bayle não se limitou a estes dois. Em particular, a apresentação enérgica do problema do mal por Bayle suscitou uma reação importante de William King, arcebispo de Dublin, cujo *De Origine Mali* (1702) foi, em grande parte, ocasionado pela sua leitura do *Dictionnaire*. Bayle, por sua vez, ofereceu uma extensa crítica à teodiceia de King na Parte II da *Réponse aux questions d'un provincial* (BAYLE, 1737, p. 650-683).

Infelizmente, o debate entre os dois homens foi um pouco dificultado pelo fato de Bayle não ter conhecimento em primeira mão da obra de King. Em vez disso, as observações críticas de Bayle basearam-se no resumo em duas partes do *De Origine Mali* publicado por Jacques Bernard nas *Nouvelles de la république des lettres* (maio e junho de 1703), juntamente com uma breve recensão publicada na *Ata Eruditorum* (1704). No entanto, apesar das circunstâncias pouco auspiciosas, o debate entre King e Bayle revelou-se uma troca filosoficamente rica e estimulante na tentativa de encontrar uma resposta fundamentada para o problema do mal. Por esta razão, é ainda mais lamentável a relativa negligência deste debate por parte de especialistas.

De fato, a troca de impressões entre os dois homens é ainda mais rica e extensa do que a descrição anterior sugere, uma vez que King respondeu ponto por ponto a muitas das críticas de Bayle - um fato que parece ter escapado em grande medida aos comentadores. As respostas de King foram retiradas dos volumosos documentos manuscritos que deixou quando da sua morte e publicadas postumamente por Edmund Law em *An Essay on the Origin of Evil*, a tradução inglesa de Law de *De Origine Mali*. As notas de King apareceram pela primeira vez na segunda edição dessa obra, publicada em 1732. Os artigos manuscritos, escritos numa mistura de latim e inglês, foram traduzidos por Law e inseridos como notas de rodapé em passagens relevantes do texto original de King. No total, foram acrescentadas cerca de 24 notas, abrangendo mais de 100 páginas de texto impresso.³ Embora King raramente ou nunca mencione os seus adversários pelo nome, a identificação dos seus alvos revela-se uma tarefa bastante simples, dado o carácter altamente sistemático dos seus escritos. Em cada caso, King trabalha metodicamente através do texto do seu oponente, resumindo cada objeção antes de lhes responder por ordem. Uma análise cuidadosa das notas de King revela que a esmagadora maioria se dirige a apenas dois textos: “Remarques sur le livre de l'origine du mal” de Leibniz, publicado como apêndice aos *Essais de Theodicée* (1710), e *Réponses aux questions d'un provincial*, de Bayle.⁴

Neste breve ensaio, considerarei apenas um pequeno aspecto do debate de Bayle com King, nomeadamente a disputa sobre a natureza e os tipos de mal e, em particular, a noção de King de mal da imperfeição. No capítulo 2 do *De Origine Mali*, King definiu o mal como tudo o que é “incômodo ou inconveniente para si próprio ou para qualquer outra coisa; tudo o que torna difícil ou frustra qualquer apetite implantado por Deus; tudo o que força qualquer pessoa a fazer ou sofrer o que não quer, isso é mal” (KING, 1732, p. 73). No âmbito desta categoria geral, King estabeleceu uma distinção tripla entre o mal da imperfeição, o mal natural e o mal moral. O mal da imperfeição é a falta de perfeições ou benefícios [*commodorum*] que se encontram “noutro lugar, ou noutros seres”. Os males naturais são as “dores, inconveniências e decepção

² Para um excelente panorama das questões centrais dos debates de Bayle com Jaquelot e Le Clerc, ver Hickson (2016).

³ As notas extraídas dos manuscritos de King foram anotadas por Law com letras maiúsculas, de modo a distingui-las das numerosas notas de rodapé escritas pelo próprio Law, que são marcadas com algarismos romanos.

⁴ Na sua autobiografia manuscrita, *Quaedam Vitae Meae Insigniora*, King toma nota de três respostas publicadas ao *De Origine Mali*, as de Bayle, Leibniz e J. C. Wolff (King 1898, p. 323). Uma tradução inglesa completa, ainda que pouco confiável, da autobiografia de King está publicada em King 1908, p. 1-42.

dos apetites” que resultam de causas naturais, enquanto o mal moral consiste em escolhas ou “eleições” moralmente erradas (KING, 1732, p. 73).

É importante notar que, embora a descrição que King faz do mal como imperfeição esteja claramente em dívida para com as descrições tradicionais do mal como privação, a sua teoria é significativamente distinta. De acordo com a teoria padrão da privação, que remonta a Aquino e Agostinho, o mal é a ausência de uma perfeição num sujeito que deveria tê-la por natureza. Assim, para dar um exemplo padrão, a ausência de visão num cão é uma privação, uma vez que é da natureza dos cães gozarem da faculdade da visão. Como tal, a cegueira num cão é um mal genuíno. Em contrapartida, a ausência de visão numa árvore não é uma privação, mas uma mera falta, e como tal não é um mal. A categoria de King sobre o mal da imperfeição difere desta descrição tradicional em pelo menos dois aspectos cruciais. Em primeiro lugar, King não apresenta a ausência de perfeição como uma explicação geral do mal. Em vez disso, o mal da imperfeição é apenas um tipo de mal ao lado dos males naturais e morais. Diferentemente de Agostinho e Aquino, King não faz qualquer tentativa de mostrar que os males naturais e morais são eles próprios ausências, privativas ou não. Em segundo lugar, Aquino negou que a mera ausência de perfeição seja um mal, alegando que, se assim fosse, todas as criaturas seriam más, na medida em que todos os seres criados carecem necessariamente de algumas perfeições. Para King, pelo contrário, a falta de qualquer perfeição é um mal, independentemente de ser da natureza do sujeito possuir essa perfeição. Assim, a falta de asas em um ser humano é um mal genuíno na perspectiva de King (1732, p. 137-38). Neste sentido, o apelo de King à ausência como fonte do mal é ao mesmo tempo mais amplo e mais restrito do que a visão tradicional: mais amplo porque trata toda a ausência de perfeição como um mal e mais restrito porque trata a ausência de perfeição como apenas um tipo de mal entre outros.

Na tentativa de explicar como é que o mal da imperfeição pode ocorrer num mundo criado por um ser sumamente bom, sábio e poderoso, King divide a questão em duas partes. Primeiro, por que é que as criaturas não foram criadas absolutamente perfeitas – isto é, por que nenhuma criatura goza de perfeição absoluta, seja ela qual for? Em segundo lugar, porque é que existe desigualdade de perfeições entre as criaturas, de tal forma que algumas gozam de poderes e capacidades negados a outras? Em resposta à primeira questão, King argumenta que nem mesmo Deus pode criar uma criatura absolutamente perfeita, uma vez que a própria noção de tal criatura encerra uma contradição formal. O principal argumento de King para esta conclusão é o fato de a perfeição absoluta implicar a existência *per se*. No entanto, a existência necessária, ou a existência *per se*, é logicamente incompatível com o fato de ter sido criada. Ora, uma vez que nem mesmo a onipotência pode produzir o que é logicamente contraditório, não estava no poder de Deus criar criaturas absolutamente perfeitas (King 1732, p. 115-16).⁵

No entanto, mesmo que implique uma contradição o fato de haver uma criatura absolutamente perfeita, permanece a questão de saber por que razão Deus terá permitido a desigualdade de perfeições entre as suas criaturas. Por que é que, por exemplo, Deus negou a algumas criaturas, como as rochas e as árvores, a consciência que concedeu a outras? De fato, a definição de King do mal da imperfeição como a ausência de perfeições que existem “em outro lugar e em outros seres” sugere que pelo menos parte da sua preocupação é com a *justiça* fundamental da criação. A resposta de King a este problema é multifacetada. No entanto, a ideia básica é que as criaturas individuais existem como partes de um sistema, e o sistema exhibe inevitavelmente perfeições que faltam às partes individuais de que é composto. Além disso, King sustenta que não pode haver objeção à bondade divina se, tendo criado tantos seres superiores quantos os convenientes para o sistema, Deus achou por bem criar um certo número de seres menos perfeitos, desde

⁵ Para além disso, King subscreve a visão tradicional de que as criaturas são necessariamente seres finitos. Daqui decorre imediatamente que nenhuma criatura pode ser dotada de perfeições infinitas, como a onnipotência e a onisciência, que devem ser propriedade exclusiva de Deus.

que estes últimos não sejam um impedimento ao número ou ao bem-estar dos seres superiores.⁶ Assim, King conclui que nenhuma criatura “pode justamente queixar-se da sua condição, se não tiver toda, ou igual perfeição, considerada com algumas outras” (KING, 1732, p. 96).

Curiosamente, apesar da sua firme defesa da insolubilidade racional do problema do mal, Bayle recusa-se a reconhecer a legitimidade das duas preocupações levantadas por King. É claro que Bayle não nega que todas as criaturas sejam carentes de algumas perfeições ou que algumas criaturas sejam mais carentes nesse aspecto do que outras. No entanto, defende que levantar esta questão como uma dificuldade para o teísmo cristão é uma mera trivialidade.⁷ Bayle apresenta três considerações em apoio deste ponto de vista. Em primeiro lugar, concorda prontamente que, ao avaliar as perfeições das criaturas, é preciso considerar cada indivíduo não só como ele é em si mesmo, mas como parte de um todo maior. Para Bayle, o exemplo das máquinas mostra que um menor grau de perfeição em certas partes pode ser necessário para a maior perfeição do todo. No entanto, o bem do todo tem, justamente, precedência sobre o bem do indivíduo. Assim, considerar cada criatura individual em termos do papel funcional que desempenha no sistema do universo é suficiente para justificar Deus, tanto por ter criado indivíduos imperfeitos em geral, quanto por ter criado indivíduos com as imperfeições específicas que efetivamente possuem (Bayle 1737, p. 653).⁸

Em um outro nível, Bayle nega que haja aqui qualquer preocupação a que seja necessário dar resposta. Segundo Bayle, a distribuição desigual das perfeições não exige qualquer justificação, uma vez que Deus não tinha qualquer obrigação de dotar todas as suas criaturas com perfeições iguais. Como Bayle observaria mais tarde a Jaquelot, “nunca ninguém afirmou que um ser infinitamente bom e poderoso deve conceder os mesmos dons e benesses a todas as suas criaturas” (BAYLE, 1737, p. 831). Em suma, Bayle nega que a razão humana seja capaz de resolver qualquer quebra-cabeças relativo à falta de perfeição entre as criaturas, como aquele com que se confronta ao tentar explicar a existência do mal natural e moral.

Por fim, Bayle nega categoricamente que a ausência de perfeição enquanto tal seja um mal, rejeitando assim toda a categoria de mal de imperfeição. É claro que este ponto de vista não era totalmente inédito. Como já foi dito, também Aquino se recusou a admitir que a mera ausência de perfeição, por oposição à privação, fosse um mal. No entanto, embora Bayle não tenha sido o primeiro a negar que a falta de perfeição enquanto tal seja um mal, a sua razão para o fazer era distinta.⁹ No que diz respeito às criaturas insensíveis, como as rochas e as plantas, Bayle argumenta que é indiferente para elas o fato de terem esta ou aquela qualidade ou perfeição. Um ser que não seja consciente e que, por conseguinte, seja incapaz de sentir dor ou pesar, não está sujeito ao mal propriamente dito. Tal como Bayle diria mais tarde, em resposta a Jaquelot, “só às substâncias pensantes pode interessar o fato de serem colocadas num estado e não em outro” (BAYLE, 1737, p. 831). Além disso, mesmo entre as criaturas sensíveis, qualquer mal que se possa sofrer devido à falta de perfeição não se deve à ausência de perfeição em si, mas à insatisfação que se sente com a própria condição. Segundo Bayle, “ser coxo só é um mal na medida em que se é incomodado por isso ou se sofre dores ou outros inconvenientes em consequência disso” (BAYLE, 1737, p. 653). Se um homem que tem pé torto não está insatisfeito com a sua condição, então o fato de ter pé torto não é um mal para ele.

⁶ Mais tarde, King acrescenta uma outra condição que marca um desacordo significativo com Bayle. Segundo King, a criação de seres menos perfeitos só se justifica se a sua existência for “uma grande e valiosa bênção” - ou seja, se a sua existência for, no seu conjunto, marcada por muito mais bem do que mal (KING, 1732, p. 139, nota G).

⁷ Como diz Bayle, tais objecções são “dignas de uma mente que procura apenas discutir” (BAYLE, 1737, p. 657).

⁸ Neste ponto, Bayle inspira-se provavelmente em considerações semelhantes apresentadas por Descartes em resposta ao problema epistémico do mal na Quarta Meditação.

⁹ Vale a pena notar que uma objecção semelhante à de Aquino foi levantada por Isaac Jaquelot no seu debate com Bayle (1737, p. 830-31).

Para Bayle, portanto, a questão fundamental no que respeita à imperfeição é a felicidade ou o contentamento daquele que está sujeito a ela. Na sua opinião, “a bondade infinita teria atuado em conformidade suficiente com a sua natureza, desde que, do mais baixo grau de dom [*grâce*] ao mais elevado, não houvesse nenhum que não satisfizesse a criatura que o recebeu.” (BAYLE, 1737, p. 831). Implícito no argumento de Bayle está o pressuposto de que o mal sofrido é um fenômeno essencialmente psicológico. Sofrer o mal é sentir alguma dor, desconforto ou insatisfação. Com efeito, Bayle reduz o mal associado ao defeito ou à falta de perfeição a uma espécie de mal natural. A partir daqui, conclui imediatamente que não existe o mal da imperfeição e que, conseqüentemente, todo o mal é natural ou moral. O argumento é especialmente digno de nota na medida em que constitui um dos raros casos em que Bayle procura deliberadamente diminuir o fenômeno do mal no mundo e, assim, restringir o âmbito do problema do mal.

Em resposta, King defende que a imperfeição é a “fonte de todos os males”, na medida em que é apenas devido à sua imperfeição inerente que as criaturas estão sujeitas ao mal natural e moral. De fato, um dos objetivos centrais de King no *De Origine Mali* tinha sido mostrar que todo o mal natural é o resultado da imperfeição e que a imperfeição é algo concomitante e necessário por ter sido criado *ex nihilo*. Com este resultado em mãos, King pergunta com confiança: “quem pode duvidar que esta fonte de todos os males não possa ser ela própria chamada de mal?” (KING, 1732, p. 140, rem. G). Segundo King, consideramos frequentemente que uma coisa é má simplesmente porque dá origem a outros males.¹⁰ Daí que conclua: “com tanto mais razão pode então a imperfeição ser chamada um mal, uma vez que é a origem de todos os males que suportamos, ou que surgem no sistema mundano” (KING, 1732, p. 140, rem. G).

Neste ponto, o debate ameaça transformar-se numa mera disputa de palavras, com Bayle a defender que a falta de perfeição só é má se alguém estiver insatisfeito com o seu estado, enquanto King defende que a ausência de perfeição é um mal genuíno, com base no fato de conduzir a males naturais. No entanto, King tem um outro argumento a favor da categoria do mal da imperfeição. Embora seja verdade que os seres não sencientes não estejam sujeitos a certos tipos de mal, como “dor, pesar ou escolhas indevidas”, não se segue que não estejam sujeitos a nenhum mal. Pois a própria privação da consciência é, em si mesma, um grande mal, do qual o próprio sujeito não tem, nem pode ter, consciência. King escreve:

Se alguém tirar as sensações de um homem com um golpe ou de qualquer outra forma, se não as restituir quando pudesse, não estará a ser malicioso e prejudicial para com ele, mesmo que o sofredor não seja sensível ao dano? (KING, 1732, p. 141, nota G)

Mas, defende King, foi precisamente desta forma que Deus atuou em relação às criaturas inanimadas:

Ora, quem pode afirmar que Deus não poderia ter dotado cada coisa de sentido, ou pelo menos ter unido uma alma sensível a cada partícula de matéria? Não podemos, pois, queixar-nos de que ele não o tenha feito? Não é igualmente desvantajoso para as coisas inanimadas nunca terem tido sentidos, como para os seres animados serem privados deles? (KING, 1732, p. 141, nota G)

Contra a afirmação de Bayle de que para sofrer o mal é necessário ter consciência e estar insatisfeito com a própria sorte, King afirma que a própria falta de consciência é um mal de que o sujeito afetado não pode ter consciência e muito menos estar insatisfeito. King conclui a sua observação deplorando aqueles que são “tão perversos, que não querem que esta imperfeição seja chamada um mal, mesmo que seja tão grande como a outra” (KING, 1732, p. 141, nota G). Assim, o leitor é brindado com o curioso espetáculo do arcebispo de Dublin a denunciar a obstinação do cético Bayle por se recusar a reconhecer que o mundo criado está afligido por grandes quantidades de males de imperfeição.

¹⁰ No capítulo 5 do *De Origine Mali*, King argumenta que os males morais são maus apenas porque resultam em algum inconveniente, quer para o próprio agente, quer para outra pessoa.

Para além do seu interesse intrínseco, o desacordo entre Bayle e King sobre a natureza do mal em geral e do mal de imperfeição em particular teve implicações importantes noutras áreas do seu debate. Uma dessas áreas é a crítica de King, levantada pela primeira vez no capítulo 2 do *De Origine Mali*, ao maniqueísmo considerado como uma resposta ao problema do mal. Antes de apresentar a sua própria solução, King começa por tentar mostrar, *pace* Bayle, que a hipótese maniqueísta não consegue dar uma explicação mais satisfatória da presença do mal no mundo do que o teísmo cristão.¹¹ Em resumo, na hipótese maniqueísta, o mundo criado é o resultado da oposição de dois princípios independentes, um totalmente bom e outro totalmente mau. Embora o princípio do bem se esforçasse por produzir o máximo de bem possível, os seus esforços foram frustrados em parte por um princípio do mal igualmente poderoso, empenhado em impedir o bem e maximizar o mal. No artigo “Manichéans”, Bayle reconhece que a hipótese maniqueísta é comprovadamente falsa, uma vez que um ser necessariamente existente deve possuir todas as perfeições, incluindo o poder supremo e a bondade (BAYLE, 1697, p. 529). No entanto, defende que o maniqueísmo oferece uma explicação mais coerente do mal, uma vez que a razão humana não consegue conceber como é que a miséria e a maldade podem existir num mundo criado por uma divindade perfeitamente boa, sábia e poderosa. Para além disso, ao contrário do cristianismo ortodoxo, a hipótese maniqueísta consegue libertar a divindade benevolente da responsabilidade pelo sofrimento e maldade da espécie humana. Pois, enquanto na visão maniqueísta, o princípio bom permitiu que o mal entrasse no mundo apenas na medida em que foi compelido a fazê-lo pelo seu oponente mau, o Deus do cristianismo escolheu livremente criar um mundo assolado por males quando estava totalmente em seu poder tê-lo evitado.

Contra esta afirmação, King sustenta que a hipótese maniqueísta não se sai melhor do que o cristianismo ortodoxo. Porque o princípio bom dos maniqueus não é menos culpado por ter criado uma criatura sabendo que ela seria corrompida e tornada infeliz pelo princípio mau do que o Deus do catolicismo que criou uma criatura sabendo que ela seria corrompida e infeliz por resultado das suas próprias e livres escolhas (KING, 1702, p. 39).¹² Na explicação maniqueísta, o princípio bom tinha pleno conhecimento das intenções do princípio mau e previu claramente a maldade e o sofrimento que se abateriam sobre a humanidade. Este princípio bom também não foi mais compelido a tolerar o mal na criação do que o Deus do teísmo. Pois o princípio do bem poderia facilmente ter evitado o mal, recusando-se a criar qualquer criatura como os seres humanos. Nesse caso, não haveria nada para o princípio do mal corromper. Daqui King conclui que o princípio bom dos maniqueus não tem menos responsabilidade pela existência do mal no mundo do que o Deus do cristianismo ortodoxo (KING, 1732, p. 112, nota B). De fato, King tenta defender o teísmo cristão contra a alegada superioridade do maniqueísmo, recorrendo à estratégia favorita de Bayle, a retorsão.

¹¹ Embora King não mencione Bayle pelo nome, não deixa dúvidas quanto à identidade do seu adversário, segundo o qual “os maniqueus entendem melhor os fenômenos das coisas, cem vezes melhor (como estes homens pensam) com a sua hipótese absurda de dois princípios, do que os católicos com a sua doutrina mais verdadeira de um autor da natureza perfeito, absolutamente poderoso e benéfico” (KING, 1732, p. 76-77).

¹² Na sua recensão de *De Origine Mali* nas *Nouvelles de la république des lettres*, Bernard resume o argumento de King da seguinte forma: “l'établissement de deux Principes ne lève point la difficulté de l'origine du mal, puis qu'il ne répugne pas moins à la bonté divine, d'avoir créé des Êtres qu'il prévoyoit devoir être corrompus par un autre principe, que d'en avoir créé qui fussent d'eux-mêmes corruptibles” (BAYLE, 1737, p. 654).

No entanto, na perspectiva de Bayle, há uma diferença fundamental entre os dois casos. De fato, segundo os teólogos ortodoxos, Deus permitiu um mal - o pecado de Adão e Eva - que tinha todas as condições para evitar. Consequentemente, a responsabilidade pela introdução do mal moral e pelo castigo resultante que inevitavelmente se seguiu, recai, em última análise, sobre Deus. Em contraste, na hipótese maniqueísta, o princípio bom foi forçado a suportar a existência do mal que ele era impotente para evitar (BAYLE, 1737, p. 654). Contra a afirmação de King de que o princípio do bem poderia ter evitado o mal simplesmente recusando-se a criar qualquer criatura como os seres humanos, Bayle salienta que, para além dos princípios do bem e do mal, a maioria dos defensores do sistema maniqueísta postulava a existência de matéria inerte e incriada. Ora, como essa matéria estava à disposição de qualquer um dos dois que quisesse utilizá-la, o princípio bom era obrigado a participar na formação do universo para frustrar, na medida do possível, os desígnios malévolos do princípio mau. Como afirma Bayle, “se o princípio do bem tivesse ficado passivamente à espera, não teria havido nada para além do mal nas criaturas” (BAYLE, 1737, p. 654).

No entanto, nesta altura, King tem mais um argumento a apresentar. King sustenta que, mesmo admitindo a existência de uma matéria independente e passiva, o princípio do bem tinha o poder de impedir a introdução do mal na criação. Isto poderia ter sido conseguido simplesmente ficando de lado e permitindo que o princípio do mal fizesse o que quisesse. Pois, de acordo com o princípio fundamental do maniqueísmo, só o bem pode vir do bem e só o mal pode vir do mal. Daí resulta que tudo o que um princípio puramente mau produz tem de ser puramente mau.¹³ Ora, de acordo com a definição de King, o mal é tudo o que é incômodo, contrário ou conflituoso, quer em relação a si próprio, quer em relação aos outros. Por conseguinte, uma criatura puramente má seria construída de forma tão desarmônica que se destruiria a si própria. Segundo King, todas as obras de um princípio puramente mau

devem ter contido neles todo o mal e repugnância imagináveis, todas as suas partes devem ter sido incongruentes e inconsistentes e, conseqüentemente, devem ter destruído a si mesmos e uns aos outros. Não, tal Ser não poderia ter propriamente nenhum *poder*; pois se ele produzisse qualquer coisa que fosse consistente, seria até algo bom, e então o bom procederia de um princípio absolutamente mau, o que não é menos uma contradição [de acordo com os Maniqueus] do que o mal ser produzido por alguém absolutamente bom. (KING, 1732, p. 113, nota B)

Também neste caso, o argumento *ad hominem* de King contra o maniqueísmo aponta para um desacordo fundamental com Bayle no que respeita à natureza do bem e do mal. Para Bayle, como já foi demonstrado, todo o mal é natural ou moral. Assim, Bayle entende o princípio do mal dos maniqueus como sendo mal no sentido de perverso ou malicioso - isto é, moralmente mau. Neste entendimento, dizer que um princípio puramente mau só pode produzir o mal é o mesmo que dizer que só pode produzir sofrimento e maldade. Para King, por outro lado, tudo o que é harmonioso, tudo o que é conveniente e cômodo é *ipso facto* bom (KING, 1732, p. 55). Consequentemente, um princípio puramente mau, atuando por si só, não poderia produzir nada que não se destruísse instantaneamente. Pois, se uma vez for permitido que um princípio puramente maligno possa produzir uma criatura cujas partes constituintes estejam dispostas com suficiente harmonia e assistência mútua, de modo a permitir que ela perdure, funcione e prospere, então não será verdade que o bem não pode vir do mal, e o princípio fundamental sobre o qual a hipótese maniqueísta repousa será refutado. Assim, o que inicialmente poderia ter parecido um debate bastante circunscrito sobre o mal de imperfeição, de fato tem implicações importantes para algumas das afirmações mais provocadoras do *Dictionnaire* de Bayle.

¹³ “do bom Ser nada mais que o bem: nem [os maniqueus] imaginavam que a contrariedade e a maldade [*malitia*] pudessem ter outra origem que não um princípio mau” (King, 1732, p. 37).

Referências bibliográficas

BAYLE, P. 1697. Dictionnaire historique et critique, par Monsieur Bayle. Rotterdam: R. Leers.

BAYLE, P. 1737. Oeuvres diverses. Four volumes. The Hague: La Compagnie des Libraires.

BERNARD, J. 1703. Nouvelles de la république des lettres. Amsterdam: Chez Henri Desbordes and Daniel Pain.

HICKSON, M. 2016. Dialogues of Maximus and Themistius. Leiden: Brill.

KING, C. S. 1908. A Great Archbishop of Dublin, William King D. D., 1650-1729. London: Longmans, Green and Co.

KING, W. 1702. De Origine Mali. London: B. Tooke.

KING, W. 1732. An Essay on the Origin of Evil. London: W. Thurlbourn.

KING, W. 1898. Autobiography of Archbishop William King. The English Historical Review, 13, 309-323.